VINICIUS FONSECA SOARES

**A Cooperação Internacional na Reforma e
Desenvolvimento de Novos Sistemas Jurídicos:
a Experiência Japonesa no Camboja**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito, da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, área de concentração do Direito Internacional, exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Masato Ninomiya.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fonseca Soares, Vinicius

A Cooperação Internacional na Reforma e Desenvolvimento de
Novos Sistemas Jurídicos: a Experiência Japonesa no Camboja /
Vinicius Fonseca Soares ; orientador Prof. Dr. Masato Ninomiya --
São Paulo, 2018.

142p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito
Internacional) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2018.

1. Cooperação Internacional. 2. Direito e Desenvolvimento. 3.
Economia Institucional. 4. Estudo de Caso. 5. Reforma do
Sistema Jurídico. I. Ninomiya, Prof. Dr. Masato, orient. II.
Título.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**A Cooperação Internacional na Reforma e
Desenvolvimento de Novos Sistemas Jurídicos:
a Experiência Japonesa no Camboja**

elaborada por

VINICIUS FONSECA SOARES

como requisito parcial para a obtenção do grau de

MESTRE EM DIREITO INTERNACIONAL

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha esposa, Marina, e a minha filha, Ayumi, pelo apoio em todas as madrugadas e finais de semana dedicados à elaboração deste estudo, e por terem me acompanhado, inclusive, até o Camboja para realizar parte da pesquisa.

Aos meus pais, Julio e Janice, pelo apoio integral às minhas decisões desde jovem. A Victor e Paula, pelo companheirismo dessa jornada em São Paulo. À Takayoshi Ogata e Maria Gravina Ogata, pela usual hospitalidade. À Sonia, pelo apoio e amor dedicados a Ayumi, e pelos vários cafés e lanches.

Aos colegas de Mestrado, orientandos do prof. Masato, que foram grandes companheiros nesta jornada. À Sra. Hiroko Takahashi, assistente do prof. Masato, pela receptividade e por sempre nos atender de forma ágil.

À Ana Maria Zügel, pelo cuidadoso e atento trabalho de revisão e diagramação deste estudo.

À *Japanese International Cooperation* (JICA), pelo apoio no Japão e no Camboja para que eu pudesse realizar esta pesquisa. Ao prof. Morishima, à Sra. Chan Sothaeavy e ao Sr. You Bunleng, pela disponibilidade das entrevistas.

Por fim, agradeço ao prof. Masato, pela sugestão do tema, e por abrir as portas no Japão e no Camboja para a realização desta pesquisa.

SOARES, Vinicius Fonseca. **A cooperação internacional na reforma e desenvolvimento de novos sistemas jurídicos:** a experiência japonesa no Camboja. 142 p. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo – USP. São Paulo, 2018.

RESUMO

É quase senso comum que a geopolítica atual apresenta novos desafios tanto no âmbito do Direito Internacional quanto no contexto do Direito Interno. Quando tal complexidade geopolítica resulta em revoluções, abruptas trocas de governo ou no nascimento de novos estados, fica o questionamento: e agora? Agora que o povo tomou o poder para si, como (re)construir um estado, um governo e uma nação? Qual a fórmula a ser adotada quando uma população se depara com a ausência de instituições ou de um sistema jurídico como o atual? O presente estudo analisa as angústias de uma nação que, após testemunhar o assassinato de sua elite intelectual e viver quase duas gerações ao largo de instituições de estado, incluindo um sistema jurídico-normativo, tem a difícil tarefa de reconstruí-las em pleno século XXI. E, como a cooperação internacional pode assumir um papel relevante nessa reconstrução. Nesse contexto, ganha destaque o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Setor Jurídico em Países em Desenvolvimento promovido pelo Japão, nomeadamente, o projeto de cooperação junto ao Camboja para a elaboração do seu Código Civil. Inicialmente, o estudo disserta sobre o histórico, os erros e acertos da cooperação jurídica internacional com base na doutrina do Direito e Desenvolvimento. Em paralelo, analisa a evolução do discurso de desenvolvimento, que é marcado pelo conceito de liberdades e capacidades integradas. Em seguida, aborda a contribuição da Economia Institucional, notadamente a estrutura teórico-institucional para análise histórica dos países objeto deste estudo, o Japão enquanto país doador e o Camboja na condição de país beneficiado. Uma vez contextualizado o projeto de cooperação Japão-Camboja, ganham importância as lições de Elinor Ostrom, as quais fundamentam as características dos projetos que potencialmente teriam o condão promover uma efetiva mudança institucional no país beneficiado, promover o empoderamento e a criação de capacidades. Com base nessas premissas, analisa-se, inicialmente, a filosofia de cooperação defendida pelo Japão e, em seguida, aprofunda-se o histórico e as características marcantes do projeto de cooperação pelo prisma japonês. Ao final, com vistas a entender a visão do país beneficiado e até que ponto a visão do Japão e do Camboja convergem quanto às principais características do projeto de cooperação, integra-se ao trabalho as entrevistas realizadas pelo autor com dois relevantes agentes do Camboja. Com base no histórico relatado pela doutrina do Direito e Desenvolvimento, no marco teórico da Economia Institucional e nas pesquisas empíricas realizadas pelo autor, é possível confirmar as hipóteses-chave deste estudo, que são: (i) o projeto de cooperação junto ao Camboja tem significativo potencial de efetividade, de internalização das normas criadas em conjunto pelos países e de criação de capacidades; (ii) o projeto é inovador e se diferencia dos principais programas de cooperação jurídica internacional até então existentes; (iii) dada a complexidade da tarefa atribuída aos países envolvidos, os métodos utilizados pelo Japão no diálogo com o Camboja podem servir como exemplo para futuros projetos de cooperação internacional.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Direito e Desenvolvimento. Economia Institucional. Estudo de Caso. Japão x Camboja. Reforma do Sistema Jurídico.

SOARES, Vinicius Fonseca. **International cooperation for the reform and development of new legal systems: the Japanese experience in Cambodia.** 142 p. Master thesis (Master in International Law) – Department of International Law of the Law School, University of São Paulo – USP. São Paulo, 2018.

ABSTRACT

It is common sense that the current geopolitical structure presents new challenges to International Law and internal law. When such complexity results in revolutions, abrupt changes of governments or the creation of new states, the questions remains: what's next? Now that people has taken the power, how should they (re) construct a state, a government and a nation? What is the formula to be adopted when a population meets the non-existence of formal institutions or a legal system? This study analyze the anguish of a nation, that after witnessing the murder of its intellectual elite and living almost two generation apart from state institutions, including a legal system, is faced with the challenge of reconstructing its institutions. And, how the international cooperation may present a relevant role in such reconstruction. In this context, it is possible to emphasize the Capacity Development for Legal and Judicial Sectors in Developing Countries carried by Japan, specifically the cooperation project between Japan and Cambodia for drafting the Civil Code and the Civil Procedure Code. The study, initially, discuss the history, the mistakes and successes of international cooperation for the legal sector based in the Law and Development doctrine. In parallel, it is possible to assess the evolution of development discourse, which currently stresses concepts such as freedom and capabilities. Thereafter, the concepts brought by Institutional Economics are used as theoretical framework for the analysis of the countries discussed herein, Japan as donor country and Cambodia as recipient country. After providing the context of the cooperation project between Japan and Cambodia, the concepts of Elinor Ostrom provides ground to characterize the cooperation projects which have potential to promote effective institutional changes, promote empowerment and the creation of capacities in the recipient country. Based in the above assumptions, it is possible at first to analyze the Japanese philosophy for cooperation, and later deepen our understanding of the history and the main features of the specific cooperation project according to Japan. At last, aiming to understand the point of view of the recipient country, and to what extent the Japanese and the Cambodian perspective converge as to the fundamental characteristics of the cooperation project, we integrate the interview carried by the author of two relevant Cambodian agents. Based in the historical background of international cooperation projects according to Law and Development doctrine, in the theoretical framework presented by Institutional Economics and the empirical research carried by the author it is possible to confirm the key hypothesis of this work: (i) the cooperation project carried by Japan in Cambodia presents significant potential of effectiveness, internalization of norms created jointly by both countries and creation of capacity; (ii) the project is innovative and it differs from other existing major legal cooperation projects; (iii) given the complexity of the task attributed to the countries, the methods used by Japan in the dialogue with Cambodia may serve as an example for future cooperation projects.

Key words: International Cooperation. Law and Development. Institutional Economics. Case Study. Japan x Cambodia. Reform of Legal System.

LISTA DE TERMOS E SIGLAS

CMEA	Conselho de Assistência Econômica Mútua
DPK	República Popular da Kampuchea
ECCE	<i>Extraordinary Chamber in the Courts of Cambodia</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
IRDP	<i>Integrated Rural Development Projects</i>
JICA	<i>Japanese International Cooperation Agency</i>
ODA	<i>Official Development Assistance Charter</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDM	<i>Project Design Matrix</i>
PIB	Produto Interno Bruto
RULE	<i>Royal University of Law and Economics</i>
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNTAC	Autoridade Transitória das Nações Unidas para o Camboja
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E TRÍADE DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO: DIREITO, ECONOMIA E INSTITUIÇÕES	27
1.1 ASCENSÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	29
1.2 AS CRISES DO PETRÓLEO E DA DOCTRINA DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO	33
1.3 O CONSENSO DE WASHINGTON E A “DÉCADA PERDIDA”	36
1.4 REFORMAS JURÍDICAS REVISITADAS	38
1.5 ATUALIDADES DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO	43
2 A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA NEOINSTITUCIONAL.....	51
2.1 PREMISSAS DA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	52
2.2 ESTRUTURA TEÓRICA INSTITUCIONAL PARA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DOS PAÍSES.....	55
2.3 ANÁLISE HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DO CAMBOJA	61
2.3.1 Análise histórico-institucional do Japão	70
3 O PROJETO DE COOPERAÇÃO JAPÃO-CAMBOJA.....	73
3.1 AS LIÇÕES DE ELINOR ÖSTROM	74
3.2 A CONCEPÇÃO JAPONESA – DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA SETORES JURÍDICOS E LEGAIS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	78
3.3 O PROJETO DE COOPERAÇÃO JAPÃO x CAMBOJA – A VISÃO DO JAPÃO.....	87
3.4 O PROJETO DE COOPERAÇÃO JAPÃO x CAMBOJA – A VISÃO DO CAMBOJA	98
3.4.1 Entrevista realizada com Chan Sothaeavy	99
3.4.2 Entrevista realizada com You Bunleng	107
ANÁLISE E CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

A geopolítica atual possui características marcantes de complexidade e de intensas mudanças causadas por manifestações políticas e sociais alimentadas pela expressiva facilidade de comunicação e mobilização. Tais mudanças influenciam as identidades nacionais, desafiam populações e as próprias instituições dominantes dos países e da comunidade internacional. Em resposta a essa nova configuração mundial, o atual conceito de desenvolvimento passa por significativas adaptações, deixando de ser meramente uma expressão numérica de riqueza dos países para contemplar as possibilidades, o empoderamento e a capacidade de aproveitamento das liberdades do ser humano¹.

As intensas lutas pela liberdade, pela autoafirmação e pela identidade, sejam travadas no plano interno ou no âmbito internacional, estão se tornando cada vez mais comuns. Regimes totalitários estão sendo desafiados por manifestações sociais, como no caso da Primavera Árabe, quando as pessoas se uniram em torno de identidades culturais e filosóficas. Soma-se a isso o legítimo interesse dos povos se verem livres de governos que sustentam a ineficiência e o subdesenvolvimento. Quando esses fenômenos desaguardam em revoluções, em abruptas trocas de governo ou ainda no nascimento de novos estados, fica o questionamento: e agora? Agora que o povo tomou o poder para si, como (re)construir um estado, um governo e uma nação?

A dura realidade de se construir instituições e organizações eficientes em países recém-independentes, destruídos por guerras civis, em regime de transição de sistemas políticos, pode transformar o sonho de um ideal de liberdade e desenvolvimento em um labirinto institucional. A reforma dos sistemas jurídicos nacionais ou a reconstrução de instituições, seja com auxílio de organizações internacionais ou por meio de cooperação bilateral entre países, representa um instrumento eficaz para a criação de instituições eficientes que propiciem um ambiente capaz de superar o subdesenvolvimento.

Os projetos de auxílio internacional, todavia, devem ser analisados de forma crítica, uma vez que desde a sua concepção, pressupõem uma desigualdade entre os países ou organismos doadores e países beneficiados. Os

¹ SEN, Amartya. *Development as freedom*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

projetos de cooperação internacional são influenciados por fatores políticos, econômicos e comerciais ocorridos ao longo dos anos. Particularmente, ao referir projetos de reformas institucionais, como no caso de reformas de sistemas jurídicos, os riscos são ainda maiores. O simples transplante de leis e regulamentos como resultado de um projeto de cooperação é tarefa relativamente fácil, principalmente se for levado em consideração que os países beneficiados, muitas vezes, se submetem às reformas pelo fato dessas fazerem parte de um pacote que inclui empréstimos, tratados de investimento e promoção de cooperação econômica. Os desafios se encontram em garantir efetividade às leis e regulamentos, na adaptação destas ao contexto local e finalmente na garantia do empoderamento da população.

A história de um pequeno e fascinante país do Sudeste Asiático que há um milênio abrigou um império capaz de construir um dos maiores tesouros da humanidade – Angkor Wat, mas que até os últimos anos vinha sofrendo com intensas invasões, guerras civis e práticas genocidas, pode ensinar muito sobre os tortuosos caminhos da geopolítica internacional. Os tristes acontecimentos que marcaram a história do Camboja, notadamente a ascensão ao poder do Khmer Vermelho, um regime genocida que perseguiu e assassinou a elite intelectual do país, acabaram por gerar a necessidade de construir, em pleno século XXI e praticamente do zero, um novo estado e um inédito sistema jurídico. E, diante dessa dura realidade, tem-se a oportunidade ímpar de estudar o surgimento de novos projetos de cooperação, como o projeto desenvolvido pelo Japão, que necessitou desenvolver uma cooperação extremamente abrangente para suprir o déficit institucional do país beneficiado.

Para melhor entender o fenômeno da cooperação internacional, a teoria do Direito e Desenvolvimento ganha destaque neste estudo, uma vez que utiliza a interação entre Direito, Economia e Instituições para analisar a sintonia que há entre as reformas dos sistemas jurídicos e a sua relação com o desenvolvimento econômico. Interessante notar que se distanciando das tradicionais ciências do Direito, o Direito e Desenvolvimento tem como característica marcante a complementariedade entre um viés teórico e outro pragmático. Este campo de estudo foi desenvolvido não apenas nas universidades, mas também em organizações internacionais, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, e em agências de auxílio

internacional (como USAID) de determinados países, como Canadá, Inglaterra, Japão e, inclusive, por meio da interação entre as instituições de fomento e a academia.

Utiliza-se, inicialmente, o Direito e Desenvolvimento para delinear um histórico crítico, delimitar as principais características dos projetos de cooperação internacional e entender a razão destes terem falhado de forma tão estrondosa. O corte histórico se dá com os projetos de cooperação internacional e transplantes jurídicos ocorridos a partir da segunda metade do século XX, quando estes começaram a ganhar maior importância no campo jurídico. As principais falhas dos projetos até então implementados estão relacionadas à falta de efetividade das normas e das reformas institucionais concebidas no âmbito da cooperação internacional. Há inúmeros relatos de amplas reformas, incluindo a promulgação de normas, o treinamento de funcionários de Estado e de operadores do Direito, a cooperação técnica, a melhoria de infraestrutura das cortes e de órgãos de governo ou a tentativa de redesenhar as grades curriculares do ensino jurídico que simplesmente não se transformaram em mudanças institucionais efetivas. Muitas dessas reformas permaneceram apenas no papel e no imaginário, e não ganharam a necessária relevância dos operadores do Direito, tampouco da população em geral.

Interessante notar que com a experiência adquirida a cada projeto de cooperação e a cada ciclo de práticas adotadas, a doutrina do Direito e Desenvolvimento tentava, ao menos, entender o motivo dos erros e acertos de cada período. É impressionante a quantidade de literatura com viés crítico aos projetos de cooperação desenvolvidos até o presente momento. Vive-se num campo em constante crise, sendo talvez mais fácil depurar as piores do que as melhores práticas nos projetos de cooperação jurídica internacional.

Diante da falta de respostas efetivas do Direito e Desenvolvimento faz-se necessário um suporte teórico a fim de identificar as práticas dos projetos de cooperação que tem potencial de conduzir a uma mudança institucional efetiva no país beneficiado. Utiliza-se como principal marco teórico os conceitos trazidos da Economia Institucional, que teve como fundador o Prêmio Nobel de Economia, Douglass North. A partir de sua obra *Institutions, institutional change and*

*economic performance*², o autor concebe os fundamentos da Economia Institucional, segundo a qual os principais fatores que norteiam o desenvolvimento são a existência e as características das instituições formais e informais em determinado país ou sociedade. Enquanto as instituições formais são compostas pelas constituições, leis, decretos, jurisprudências, as instituições informais são formadas pelos códigos de conduta, pela cultura, pelos freios sociais impostos pelo convívio social. O desenvolvimento econômico seria, assim, influenciado pelas instituições que tendem a aumentar ou diminuir os custos de transação e que, conseqüentemente, tendem a contribuir para a formação e acumulação de capital.

Douglas North, John Wallis e Barry Weingast³ propõem uma releitura da história sob o viés institucional ao elencar as condições políticas e econômicas que facilitam a passagem de uma sociedade subdesenvolvida para outra desenvolvida. Assim, é possível elaborar o conceito da *path dependence*, segundo o qual a mudança advém dos ganhos das organizações e dos atores individuais a partir da aquisição de habilidades, conhecimentos e informações que irão auxiliá-los a atingir seus objetivos. Busca-se, assim, entender a situação atual do Camboja, bem como do Japão que, apesar de não possuir grande influência no cenário jurídico mundial, conseguiu criar um sistema de apoio institucional que concede auxílio a diversos países, como Vietnã, Mianmar, Laos, Timor Leste e às repúblicas que integravam a União Soviética.

Por fim, recorre-se à contribuição de Elinor Ostrom⁴ que, por meio de vários estudos empíricos sobre a regulação de bens comuns, defende que normas elaboradas pela própria sociedade tendem a ser mais efetivas e a alcançar resultados economicamente melhores do que aquelas desenvolvidas por autoridades regulatórias externas. A autora identifica algumas práticas que facilitam o processo de aprendizagem e de evolução normativa. Assim, no contexto da cooperação internacional, tais projetos devem possibilitar a criação de novas alternativas, possibilidades e ferramentas para que os países beneficiados

² NORTH, Douglas C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 2005.

³ NORTH, Douglas C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. A conceptual framework for interpreting recorded human history. *NBER Working Paper Series*. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12795>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

⁴ OSTROM, Elinor. *Developing a method for analyzing*. Institutional Change. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. Indiana University, Center for the Study of Institutional Diversity. Arizona State University, 2009.

possam promover a sua própria mudança institucional de forma contínua e duradoura, empoderando a população local. Somente quando funcionar como importante ferramenta na busca pela independência e desenvolvimento econômico e social de determinado país beneficiado será possível concluir que a cooperação internacional atingiu seu objetivo.

Com vistas a testar a hipótese apresentada anteriormente, esta pesquisa utiliza um estudo de caso com base em programas de auxílio e cooperação isolados dos grandes eixos tradicionais que, talvez pela distância cultural e de idioma, tenham passado despercebidos pela literatura do Direito e Desenvolvimento. O projeto de cooperação jurídica liderado pelo Japão no auxílio ao Camboja merece uma análise mais atenta, uma vez que tem o potencial de ser uma alternativa à abordagem clássica da relação entre país doador e país beneficiado, até o momento marcado por alto grau de generalização e de fórmulas prontas.

O primeiro e natural questionamento seria: por que o Camboja? Por que escolher um projeto de cooperação tão distante dos grandes e tradicionais centros já estudados? Qual a relevância do Japão como país doador? Quais particularidades do projeto podem contribuir para a literatura do Direito e Desenvolvimento?

A história do Camboja representa um contexto extremamente rico para ilustrar os problemas e desafios da cooperação e da desigualdade existente entre país doador e país beneficiado. Ao longo do estudo é apresentado um panorama geral da situação do país quando do início de sua reconstrução. É possível adiantar que o cenário enfrentado desde então até a década de 90 foi de completa devastação. As tensões sociais e o envolvimento em sucessivas guerras ao longo do século XX culminaram com a ascensão do regime do Khmer Vermelho ao poder, vindo a dizimar 25% da população, sendo a parcela mais instruída do país o principal alvo do comando. A título de exemplo, a principal faculdade de Direito do Camboja foi fechada em 1966 e, ao final do período de dominação do regime apenas menos de dez pessoas licenciadas a praticar o Direito ainda se encontravam vivas. Livros foram destruídos, as leis e o próprio sistema jurídico ficaram tanto tempo sem uso que foram simplesmente esquecidos pela população.

O projeto de cooperação entre Camboja e Japão foi concebido há mais de 20 anos por meio de um convite do Ministério da Justiça do Camboja ao Japão para auxiliar na reconstrução das mais básicas instituições do Estado, notadamente na elaboração do Código Civil e do Código de Processo Civil. Após várias visitas de professores japoneses ao país beneficiado, o projeto tornou-se oficial em 1998 com o apoio da *Japanese International Cooperation Agency* (JICA), tendo como contraparte o Ministério da Justiça do Camboja. O objetivo do processo difere da maioria dos projetos analisados pela literatura do Direito e Desenvolvimento, pois neste caso o objetivo do país doador é ainda mais amplo, contemplando a reconstrução efetiva das instituições de um país e a formação de capacidade jurídico-institucional, e não apenas a reforma, o aprimoramento ou a implantação de determinada ideologia político-econômica.

O Projeto de Desenvolvimento do Sistema Jurídico do Camboja iniciou oficialmente suas atividades em 1999 e está em vigor até os dias de hoje, tendo sido dividido em quatro fases: (i) elaboração do Código Civil e do Código de Processo Civil em conjunto com treinamento dos operadores do Direito; (ii) promulgação das leis, elaboração das leis auxiliares, elaboração de livros-texto e comentários; (iii) melhoria das práticas do Ministério da Justiça, disseminação das principais leis do país; (iv) garantia de que as leis existentes sejam elaboradas, alteradas e implementadas de forma independente e contínua. Atualmente está em vigor a quinta e talvez última fase do projeto que tem como objetivo consolidar o que foi realizado ao longo dos anos do projeto cooperação, para que a saída do Japão se dê de forma

O desenvolvimento deste estudo permite corroborar algumas hipóteses, dentre as quais: (i) o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Setor Jurídico em Países em Desenvolvimento desenvolvido pelo Japão, nomeadamente, o projeto de cooperação junto ao Camboja na elaboração do Código Civil e do Código de Processo Civil, tem maior potencial de efetividade e a internalização das normas criadas em conjunto pelos países, conforme o ideal de cooperação jurídica internacional elaborado ao longo deste estudo; (ii) o projeto é inovador e acaba por se diferenciar dos principais programas de cooperação jurídica internacional até então existentes; (iii) dada a complexidade da tarefa atribuída aos países envolvidos, os métodos utilizados pelo Japão no diálogo com

o Camboja tem o potencial de servir como exemplo para futuros projetos de cooperação internacional.

Metodologia

A metodologia utilizada no presente estudo abarca, inicialmente, um trabalho dogmático consubstanciado por meio da análise de textos relacionados: (i) à teoria do Direito e Desenvolvimento; (ii) à teoria da Economia Institucional, nomeadamente na literatura base de Douglas North e na teoria da regulação de bens comuns desenvolvida por Elinor Ostrom; (iii) à história do Camboja; (iv) ao material institucional disponibilizado pelo Japão enquanto país coordenador do auxílio internacional.

Há, ainda, uma vertente prática no trabalho de campo realizado em ambos os países. O autor teve a oportunidade de realizar entrevistas com os atores diretamente envolvidos no início do processo de cooperação ocorrido no final dos anos 90, bem como com colaboradores de ambos os países que hoje atuam dentro do Ministério da Justiça do país beneficiado.

Em um estágio inicial da pesquisa, em julho de 2015, o pesquisador realizou a primeira entrevista com Akio Morishima, professor aposentado da Universidade de Nagoia (Japão), que foi um dos principais líderes do projeto de elaboração do Código Civil do Camboja. O referido professor coordenou o grupo de especialistas em Direito Civil e Processo Civil que liderou a assistência ao Camboja. A entrevista foi conduzida de forma não estruturada.

Knight e Arksey⁵ referem que ao utilizar o método de pesquisa não estruturada, o pesquisador tem autonomia para decidir sobre os principais temas e tópicos a serem abordados, mantendo flexibilidade nas abordagens. Assim, o entrevistado teve ampla liberdade e espontaneidade para falar sobre a sua experiência no Camboja, utilizando linguagem e ideias próprias. Diferentemente de uma entrevista estruturada, o entrevistado pode contar sua história e suas experiências pessoais, contribuindo, inclusive, na estruturação do estudo. A entrevista foi realizada em inglês, sem a intervenção de tradutores.

⁵ KNIGHT, Peter; ARKSEY, Hilary. *Interviewing for social scientists: an introductory resource with samples*. Londres: Sage Publications Ltd., 1999.

Em um segundo momento, durante visita ao Camboja, o pesquisador teve a oportunidade de realizar entrevistas com dois importantes agentes cambojanos envolvidos no projeto de cooperação, que são:

- i. **You Bunleng**, atual presidente da Corte de Apelações do Camboja, que esteve presente em todas as discussões do Código Civil e do Código de Processo Civil do Camboja. Atualmente o jurista integra a *Extraordinary Chamber in the Courts of Cambodia* (ECCC), tribunal especial que recebe auxílio das Nações Unidas para a realização do julgamento dos crimes cometidos durante o Khmer Vermelho. Durante a dominação do regime Khmer Vermelho, sua família se exilou no Vietnã, tendo o mesmo se graduado em Direito em 1989 pela Universidade Ho Chi Minh.
- ii. **Chan Sotheavy**, juíza e secretária de Estado do Ministério da Justiça do Camboja. Atualmente é responsável pela implementação das leis que dão suporte ao Código Civil daquele país, como a lei de registros públicos. A oficial também é responsável por programas de divulgação das normas emanadas no país, uma vez que muitos dos novos institutos trazidos pelas normas civis ainda não são de conhecimento da população em geral, como a obtenção de crédito por meio da hipoteca.

Considerando a evolução da pesquisa, a entrevista realizada com You Bunleng e Chan Sotheavy, em abril de 2016, utilizou o método semiestruturado. Houve uma agenda pré-definida que definiu os principais tópicos e objetivos a serem alcançados. As entrevistas foram realizadas em inglês/khmer, com auxílio de um tradutor local. O rol de perguntas elaboradas e enviadas previamente aos entrevistados foi o seguinte:

1. *Como o Sr.(a) se envolveu / qual foi o seu papel dentro projeto de assistência jurídica Japão / Camboja?*
2. *Qual é o procedimento adotado para a elaboração da legislação (Código Civil e Código de Processo Civil)?*
 - 2.1. *Em que idioma as primeiras versões foram feitas?*
 - 2.2. *Qual era o idioma da comunicação entre os japoneses e cambojanos?*
 - 2.3. *Qual foi o ponto de partida para a elaboração do projeto do Código Civil / Código de Processo Civil (por exemplo legislação anterior / legislação estrangeira)?*
 - 2.4. *Qual país foi o responsável por escrever os primeiros esboços?*

- 2.5. *Por favor, comente como foi o procedimento de troca de opiniões / comentários.*
- 2.6. *Qual era a experiência / formação prévia dos oficiais cambojanos envolvidos na elaboração da legislação?*
3. *Depois que os projetos estavam prontos, como foi o processo de promulgação da legislação?*
4. *Existem diferenças principais entre o último projeto do grupo de trabalho (Camboja / Japão) e a legislação promulgada?*
5. *Qual foi o papel do Japão no desenvolvimento de capacidades / formação de funcionários?*
6. *Qual é a sua impressão geral sobre o projeto de cooperação? Quais são as fraquezas e pontos fortes do projeto de cooperação?*
7. *Como o Código Civil e Código de Processo Civil foram aceitos pela população em geral e pelos oficiais de governo até o momento?*
8. *Como a implementação da nova legislação afetou a atividade econômica (por exemplo, crédito, comércio, contratos)?*
9. *Quais são as outras leis e regulamentos que o Camboja tem revisto com a cooperação do Japão?*

O capítulo inicial deste estudo disserta sobre a cooperação jurídica internacional com base na doutrina do Direito e Desenvolvimento e na correlação entre Direito, Economia e Instituições. Analisa-se as fases mais marcantes da cooperação internacional, notadamente no campo jurídico, iniciando-se após a Segunda Guerra Mundial com a criação do Banco Mundial e os esforços para a reconstrução das nações. Posteriormente, estuda-se as crises do petróleo e as consequências e respostas econômicas encontradas pela comunidade internacional, que culminaram com a ascensão do discurso do Consenso de Washington. Por fim, verifica-se o discurso atual que preceitua um conceito amplo de desenvolvimento liderado por Amartya Sen e a influência desse discurso no campo da cooperação internacional para a reforma dos sistemas jurídicos.

O segundo capítulo trata da contribuição da Economia Institucional e destaca a estrutura teórico-institucional para análise histórica dos países objeto deste estudo – o Japão enquanto país doador e o Camboja na condição de país beneficiado.

Na sequência, o terceiro capítulo apresenta o projeto de cooperação Japão-Camboja, tema central do estudo. Destaca-se, inicialmente, as lições de Elinor Ostrom, que fundamentam as características de um projeto que potencialmente teriam o condão promover uma efetiva mudança institucional no país beneficiado e superar o obstáculo da passagem da promulgação das normas para sua real efetividade na vida política e social do país. Mais, questiona-se como os projetos teriam a capacidade de promover o empoderamento e a criação de capacidades no país beneficiado. Com base nessas premissas, inicia-se a análise da filosofia de cooperação defendida pelo Japão por meio da *Official Development Assistance Charter*, que apresenta como premissa a soberania dos países beneficiados, ao mesmo tempo em que advoga princípios universais, como a governança e o Estado de Direito. Em um segundo momento, aprofunda-se o histórico e as características marcantes do projeto de cooperação Japão – Camboja, notadamente pelo prisma japonês a partir de publicações da *Japanese International Cooperation Agency* (JICA), bem como da entrevista realizada com o professor Akio Morisihima, um dos líderes do projeto de cooperação pelo lado do Japão.

Ao final, dada a falta de doutrina do país beneficiado sobre o tema e com vistas a entender a visão do país beneficiado e saber até que ponto a percepção do Japão e do Camboja convergem quanto às principais características do projeto de cooperação, integra-se ao estudo as entrevistas de dois relevantes agentes do Camboja – Chan Sotheavy (secretária de Estado do Ministério da Justiça e líder do Projeto de Desenvolvimento Jurídico do Camboja) e You Bunleng (atual presidente da Corte de Apelações do Camboja).

Com base no histórico dos projetos de cooperação até então existentes, relatados pela doutrina do Direito e Desenvolvimento, no marco teórico da Economia Institucional, notadamente na análise histórico institucional que teve início com Douglas North, e na Estrutura para Análise Institucional e do Desenvolvimento, trabalhada por Elinor Ostrom, é possível confirmar as hipóteses-chave deste estudo, as quais são: (i) o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Setor Jurídico em Países em Desenvolvimento desenvolvido pelo Japão, nomeadamente, o projeto de cooperação junto ao Camboja na elaboração do Código Civil e do Código de Processo Civil, tem maior potencial de efetividade e a internalização das normas criadas em conjunto pelos

países, conforme o ideal de cooperação jurídica internacional elaborado ao longo deste estudo; (ii) o projeto é inovador e acaba por se diferenciar dos principais programas de cooperação jurídica internacional até então existentes; (iii) dada a complexidade da tarefa atribuída aos países envolvidos, os métodos utilizados pelo Japão no diálogo com o Camboja têm o potencial de servir como exemplo para futuros projetos de cooperação internacional.

CONCLUSÃO

A criação ou a reforma dos sistemas jurídicos e das respectivas instituições em países recém-independentes ou que necessitam se reorganizar após guerras civis ou revoluções é um processo extremamente rico para o estudo do Direito Internacional. Os desafios enfrentados por países como Timor Leste e Sudão do Sul, que adquiriram a independência, ou Mianmar e Camboja, que passaram por violentas mudanças de regime, não mais se limitam às suas fronteiras. Enquanto as grandes potências ocidentais se organizaram enquanto Estados ao longo de séculos, a integração econômica faz com que esses países, ao mesmo tempo em que sofrem com um déficit de capacidade institucional, tenham que se organizar em tempo recorde.

A comunidade internacional, por sua vez, pode exercer importante função nesse processo, principalmente por meio dos projetos de cooperação, notadamente para o desenvolvimento do setor jurídico. Deve-se atentar, todavia, para o risco de os projetos de cooperação se tornarem mais uma forma de dominação para os países beneficiados.

Delineou-se, inicialmente, com base na literatura do Direito e Desenvolvimento, um histórico dos projetos de cooperação e auxílio internacional a partir da segunda metade do século XX. Seja sob a influência da teoria da modernização nos anos 60 ou, mais tarde, sob a influência da concepção econômica neoliberal, a partir do final dos anos 80, os projetos de cooperação se preocuparam precipuamente na imposição de uma ideologia dominante por parte dos organismos internacionais ou dos países doadores. Houve, assim, um investimento maciço em reformas jurídicas, principalmente na América Latina e, posteriormente, nos países que compunham a União Soviética, cujas características comuns eram a desconsideração do contexto local, a ignorância em relação ao grau de desenvolvimento dos países beneficiados, a crença na efetividade e nos efeitos imediatos dos transplantes jurídicos e a chamada monocultura institucional, que utilizava fórmulas padronizadas para atingir os objetivos da cooperação internacional.

Na busca por um contraponto às práticas padronizadas e recorrentes na cooperação internacional, esta pesquisa se aprofundou em um estudo de caso

fora do eixo tradicional consubstanciado nas grandes potências ocidentais. Ganhou relevância, assim, o Programa de Desenvolvimento de Capacidades para o Setor Jurídico em Países em Desenvolvimento, promovido pelo Japão, nomeadamente, o projeto de cooperação junto ao Camboja para a elaboração do seu Código Civil e do Código de Processo Civil.

Para a análise do projeto de cooperação utilizou-se, inicialmente, o material institucional disponibilizado pelo Japão enquanto país coordenador do auxílio internacional e, posteriormente, a pesquisa empírica a partir do trabalho de campo do autor, que resultou nas entrevistas com o prof. Akio Morishima, do lado do Japão, e de Chan Sothaeavy e You Bunleng, integrantes dos grupos de trabalho por parte do Camboja.

Com vistas a analisar o potencial de efetividade do projeto de cooperação Japão-Camboja, cujo objetivo contempla não apenas o apoio à elaboração normativa, mas a efetiva criação de capacidades para o país beneficiado, utiliza-se como marco teórico os preceitos da Economia Institucional, notadamente a Estrutura para Análise Institucional e do Desenvolvimento, trabalhada por Elinor Ostrom.

Destarte, integra-se a seguir, a visão do Japão e do Camboja sobre o projeto de cooperação com vistas a questionar o potencial de efetividade das normas produto do projeto de cooperação, bem como reconhecer uma possível convergência entre a visão do país doador e do país beneficiado.

Em primeiro lugar, destaca-se como fator fundamental a importância dos participantes afetados possuírem voz na proposição de mudanças e na tomada de decisão sobre a modificação das regras. A filosofia de trabalho do Japão visa, assim, ressaltar a importância da opinião do país beneficiado, mesmo em situação de grande desequilíbrio de capacidades dos atores envolvidos. O processo de convencimento do país beneficiado de que não adiantaria a simples elaboração das normas por um país estrangeiro, a criação dos grupos de trabalho em ambos os países e, posteriormente, a insistência do Japão em fomentar o interesse do Camboja (como no caso dos Painéis de Definição) confirmam essa hipótese.

No lado do Camboja, as entrevistas demonstraram, tanto na visão de You Bunleng, que trabalhou à época da elaboração do projeto de Código Civil, quanto de Chan Sothaeavy, que atualmente lidera os grupos de trabalho, que apesar de

o grupo japonês desenhar os primeiros esboços, a escolha final sobre a redação da norma sempre cabia à parte cambojana. Em consequência, o método de trabalho do Japão é elogiado justamente por não impor as suas concepções de forma unilateral.

Conforme as lições de Ostrom, a maioria dos participantes deve receber retribuições (ou conhecimento das retribuições) consideráveis, para que se disponha a dispuseram a assumir os custos da pesquisa, debate e aprendizado sobre melhores alternativas. Conforme citado anteriormente, um dos grandes desafios do projeto, segundo o Japão, foi despertar o interesse do grupo de trabalho cambojano, cujo objetivo foi parcialmente atingido por meio da criação Painel de Definição de Terminologias Jurídicas. Algumas autoridades cambojanas, todavia, parecem ter atingido um grau de maturidade e consciência acerca da realidade do país e dos desafios a serem enfrentados, como no caso da importância da divulgação do instituto da hipoteca como forma de fomento ao crédito.

A efetividade e eficiência estão ligadas, também, ao interesse comum das elites do país beneficiado. Nesse contexto, destaca-se o envolvimento de diversas instituições do meio jurídico dos países ao longo dos 20 anos de projeto de cooperação, como o Ministério da Justiça, a Ordem dos Advogados do Reino do Camboja, a *Royal University of Law and Economics* e a Escola de Juízes e Promotores.

Outro fator relevante está consubstanciado na capacidade dos processos internos gerarem uma variedade de regras, bem como no fato dos participantes poderem aprender com os próprios sucessos e falhas, além de conhecer as experiências de terceiros. A criação de uma variedade de normas adaptadas ao contexto do país beneficiado, distanciando-se de fórmulas padronizadas, constituiu-se num dos principais objetivos do Japão enquanto país doador. Ademais, em vários trechos dos depoimentos dos atores cambojanos ficou evidente que o processo de implementação de todo o sistema jurídico ainda se encontra em curso. E, o fato de o projeto de cooperação durar mais de 20 anos contribui para a possibilidade dos países aprenderem em conjunto, o funcionamento das normas após a sua promulgação. Por fim, o Camboja solicitou o projeto de cooperação justamente por acreditar que a experiência de outros

países poderia contribuir e muito com a criação de instituições eficientes e efetivas em seu próprio país.

Os participantes devem, também, possuir um sistema de revisão regular de procedimentos e de troca de experiências. De acordo com o Japão, admite-se que as mudanças de rumo sejam parte inerente de um processo de cooperação, como é o caso do *Project Design Matrix*, que propõe um sistema de revisão de metas e objetivos a ser acordado entres os entes envolvidos.

Por fim, a Estrutura para Análise Institucional e do Desenvolvimento apregoa que o sistema deve encorajar a autonomia local mas, ao mesmo tempo, possuir um sistema de controle de corrupção, responsabilidade e resolução de conflitos. De todos os fatores analisados que competem para a eficiência e efetividade das normas, apesar da autonomia local ser defendida pelo Japão, o controle da corrupção e a responsabilidade (*accountability*) são temas extremamente sensíveis e de difícil mensuração, notadamente porque a contraparte de tais projetos será sempre composta pelos detentores do poder político de direito do país beneficiado. O Japão reconhece, inclusive, as limitações de sua intervenção, uma vez que seria por demais difícil sugerir quaisquer mudanças na estrutura política nos países beneficiados. Esse pensamento é assim sintetizado pelo prof. Morishima ao longo de sua entrevista:

Você precisa ter estratégia, você precisa saber as limitações da cooperação jurídica pelo país. Ao mesmo tempo, considerando que o país tem o poder e o dinheiro, você pode fazer várias coisas dentro desta limitação. Assim, se você é inteligente o bastante, você pode fazer uma série de coisas⁸⁴.

Apesar da constante menção do país doador à autonomia e criação de capacidades, o discurso do Japão também não está imune a críticas. Ao utilizar como paradigma as regras de governança e o discurso do Estado de Direito, tal qual concebido pelos países desenvolvidos, há sempre o risco de limitar a criação de métodos alternativos de desenvolvimento, como foi o caso da China nas últimas décadas.

⁸⁴ No original: “You must have strategy, you must know the limitation of legal assistance by the nation. by the At the same time since the state/the government has power and budget you can do several things within the limitation. So if you are clever enough you can do several things”.

Por fim, é possível confirmar as hipóteses levantadas no presente estudo, pois à medida em que se observa uma convergência e um alinhamento entre o discurso do Japão e do Camboja, também se percebe que o projeto de cooperação, conforme as lições da economia institucional, tem potencial de efetividade, de internalização pela sociedade das normas criadas e de criação de capacidades. O projeto também é inovador e acaba por se diferenciar dos principais programas de cooperação jurídica internacional até então existentes e divulgados na literatura do Direito e Desenvolvimento. Finalmente, é possível afirmar que a complexidade da tarefa atribuída aos países envolvidos, e os métodos utilizados pelo Japão no diálogo com o Camboja, podem servir como exemplo para futuros projetos de cooperação internacional em outros países.

Destaca-se que a lição mais importante deste projeto de cooperação internacional é a necessidade de o país doador se despir de conceitos pré-estabelecidos. O preenchimento do conteúdo normativo deve ser justamente o objetivo a ser alcançado e não uma premissa. Segundo as palavras de Chan Sotheavy, caberá aos países decidir, sempre em respeito às tradições locais, se vão comer peixe cru ou beber um chá ao longo do processo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as the fundamental cause of long-run growth. *National Bureau of Economic Research*. Cambridge, 2004. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10481>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

ALKON, Cynthia. The cookie cutter syndrome: legal reform assistance under post-communist democratization programs. *Journal of Dispute Resolution*. 2002.

Disponível em: <<http://scholarship.law.tamu.edu/facscholar/131>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BROOKS, Rosa E. The new imperialism: violence, norms and the “Rule of Law”. *Michigan Law Review*, 2003, v. 2275.

CAPACITY DEVELOPMENT FOR LEGAL AND JUDICIAL SECTORS IN DEVELOPING COUNTRIES. *JICA's Cooperation for “Rule of Law” Promotion*.

Disponível em: <http://open_jicareport.jica.go.jp/pdf/11988995.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CHANDLER, David. *A history of Cambodia*. 4. ed. Philadelphia: Westview Press Nooks, 2000.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

ICD NEWS. *Law for development*. International Cooperation Department. Research and Training Institute. Ministry of Justice. Disponível em: <<http://www.moj.go.jp/content/000111066.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

KENNEDY, David. The “Rule of Law”, political choices and development common sense. In: TRUBEK, David M.; SANTOS, Alvaro. *The new law and economic development: a critical appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006. pp. 95-163.

_____. *Law and economics with Chinese characters*. Nova York: Oxford University Press, 2013.

KHEANG UN. The judicial system and democratization in post-conflict Cambodia. In: ÖJENDAL, Joakim; LIJA, Mona. *Beyond Democracy in Cambodia Political reconstruction in a post-conflict society*. Nordic Institute of Asian Studies, 2009.

KNIGHT, Peter; ARKSEY, Hilary. *Interviewing for social scientists: an introductory resource with samples*. Londres: Sage Publications, 1999.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. *Official Development Assistance (ODA)*. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/reform/review0303.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

NORTH, Douglas C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 2005.

_____.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. A conceptual framework for interpreting recorded human history. *NBER Working Paper Series*. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12795>>. Acesso em: 12.01.2018

OSTROM, Elinor. *Developing a method for analyzing*. Institutional Change. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. Indiana University. Center for the Study of Institutional Diversity. Arizona State University, 2009.

ROBB, Caroline. Challenges and opportunities. In: LESLIE, Groves; HINTON, Rachel (Eds). *Inclusive aid: changing power and relationships in international development*. London: Earthscan, 2004.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

_____. *Role of Legal and Judicial Reform in Development*. World Bank Legal Conference. Washington, DC, 2000.

SIPHANA, Sok. *Role of law and legal institutions in Cambodia Economic Development: opportunities to skip the learning curve*. 15.08.2008. 410 p. Tese (Doutorado) – Bond University. Disponível em: <http://epublications.bond.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1081&context=theses>). Acesso em: 17 dez. 2017.

TAMANAH, Brian Z. Review: the lessons of law-and-development studies. *The American Journal of International Law*. Washington, 1995, v. 89, n° 2. pp. 470-486.

_____. The primacy of society and the failures of law and development. *Cornell International Law Journal*. Ithaca, 2011, v. 44. pp. 209-244.

THE MINISTRY OF TOURISM OF CAMBODIA. Disponível em: <http://www.tourismcambodia.org/images/mot/statistic_reports/tourism_statistics_year_new_2016.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

TRUBEK, David M.; SANTOS, Alvaro. *The new law and economic development: a critical appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ENTREVISTA COM CHAN SOTHEAVY

VINICIUS: Would you detail your experience with the Japan Cambodia cooperation project for drafting the Civil Code and the Civil Procedure Code?

From the start of the cooperation between Cambodia and Japan, she does not know much [details] about the detailed history because she started working at this ministry in 1994. She knows that former minister of Justice Chem Sgnoun met prof. Morishima at that time. At that time his excellence Chem Sgnoun made a request to Prof. Morishima to see if he could help or support Cambodian side in regard to the civil affairs. According to what she knows, at that time prof. Morishima had agreed to the requested and decided to cooperate with the Cambodian side at the end of 1998.

At the end of 1998, this cooperation just went into some negotiations and it formally started in early 1999. This is all she knows about the history of this project according to her experience because she only come to business after the death of his excellence.

For the other question related to how the sponsor of Japan affects Cambodian side and what is its effectiveness, she will answer it.

In fact we have also received assistance from other developing partner. Japanese assistance is the most closely cooperation [project] that has worked with Cambodia so far. And we can highly evaluate this kind of cooperation. The only focus of Japan is assisting the Cambodian side. So, Compared to other development partners system, Japan's development assistance is highly valued in Cambodia. And she will specify those reasons for you:

Firstly, it is the way Japanese side respect Cambodia values. Specially, in this drafting of civil code and of civil procedure code they respect our view. They only show us the way and for the main decision, it is Cambodian side who makes the main decisions. If there are some points that we need to improve, they also show the way what point we need to improve. That's the first reason. This is the main reason that Japan as a donor country respect the value of the receiving country.

The second reason is that Japanese side provides Japanese experts to serve and discuss face to face to deal with problem of Cambodia. By doing this Japan side not only helped Cambodia to create the regulation based in Cambodian value but also helped in capacity building for Cambodian officials that have sit and discussed and learned with Japanese expert.

The third reason is that sometimes Japanese expert have limited knowledge and then they discussed with the officials in Cambodia. And sometime you cannot find a way out and that time Cambodian side can also discuss with Japanese professors via skype or video conference. This is high level of capacity building. In this cooperation Cambodian side not only gain knowledge and experience from Japanese expert they can also get detailed knowledge from Japanese professors.

For the fourth reason, Japanese not only helped drafting this law, but also helped promoting this law as well. Even though this law is still [*in the process of*] drafting. And then doing this promotion of this law, the dissemination of this

drafting law, even in the drafting step you can also get more information and real practice from those who understand real situation in Cambodia and put the idea into the drafting law to make it more perfect.

For the fifth reason, is that some donor countries, they only helped drafting the regulation and then they were gone. But for Japanese, they stayed with us even during the drafting, after it was adopted, and find the problem deal with adaptation. We all know that when this law is adopted, we always face problems with the meaning of the regulation when we have finished it and if we find the problem and the one who helped us to draft it is not here, that will be a big problem. But in Japanese side, they helped and they stayed with us until this step, so it is very good.

We also know that civil code and civil code procedure is very big regulation, so during the adaptation, if we face problem, if we confront in contrast to with other special law of other institution so when we face this problem Japanese also stand with us so it is ok during that time.

The seventh reason, is that during the promotion of this adaptation, Japanese side and Cambodian side have made presentations, and at that time they both do presentations and they exchanged experience with each other. So, that is very good experience.

This is why Cambodian side values highly the Japanese cooperation in Cambodia.

VINICIUS: What are the current laws Cambodia been drafting and what current law drafting you are taking part?

Many laws are already adapted. Now they are in the process of drafting some law to support those fundamental laws. Law on deposit, law on registration of legal persons [entity] and law related to registration of immovable property.

VINICIUS: The first drafts are written in Khmer, Japanese or a third language?

Regarding Civil Code and Civil Procedure Code, it was written in Japanese language. At that time one Japanese expert Mr. Issei Sakano, he can speak Khmer, so at that time he has translated into Khmer and other three Cambodian living in Japan also helped and translated that first draft.

What about the other three laws they are working right now, were they drafted in Japanese or Khmer?

For those laws, the first the outline was made by Japanese expert but she does not know in what language. After that, we bring that outline and first we discuss about the outline. After that we read it and make it into sentences, together with Cambodian officials and Japanese officials. And if there are big problems we ask [consult] the professors from Japan. Even if they do not have any big problem in discussing those laws after they finished the draft, we also send the draft back to Japan so that Japanese professors can make more comments and

advise over that draft. After Japanese professor have evaluated the draft, they give recommendation and then we take those recommendations and consider whether if we should adopt that recommendation and put it in our law or not.

In terms of communication, we use Khmer as the main language and there is also interpretation from Japanese to Khmer, and from Khmer to English also. Those former experts use English very fluently. And mostly they use only English. Later, present Japanese experts started using Japanese language

VINICIUS: From my understanding, during the whole procedure, it is a joint work of Japanese and Cambodian. However, when they started writing the law, the start writing the law in Khmer, right?

Yes. Japanese expert writes the outline in Japanese or English, but after the outline is translated into Khmer. The official working group together with Japanese experts sits together, face-to-face and discuss about these outlines (whether we should adopt it or not). And if it can be acceptable, they will take that point and write into sentences. Mostly after we discuss those ideas into sentences, firstly the Japanese expert use the Japanese language. [...] The discussions are also documented in Khmer. Mostly the Japanese experts before they came to Cambodia, they also studied Khmer.

VINICIUS: After all the discussions in the technical discussion group, what about the enactment and implementation of the law? From the last draft to the final implemented version, is there a process of political discussion/intervention?

So, technically speaking after the final draft, we have to discuss it with other related institutions. For example, in civil affair it is more related with the land ministry. So we have to discuss some regulation related to land ministry. And some regulations, some provisions are also related to other institutions. For example JICA had to discuss with the World Bank before this law was implemented. There is also some discussion related to commercial ministry. There is some discussion whether some provision in the special law should be included in the fundamental law or not. So, that the law that we have drafted is standard.

VINICIUS: Could you be more specific about capacity building? How is the legal education of Cambodian officers?

Regarding this point, she also mentioned earlier, but not in detail, it is just that even during the drafting of this law, they also promote it along the way so at that time it not only attained information on the real situation from the person who practice it. We also teach them what they should understand in that provision, what is the main point, and after this law is adopted, we also have some training regarding this law and understanding its use and we have trained those officials once or twice a year.

Those training sometimes use the JICA budget and sometimes there is no budget. And then, not only in this training JICA and Cambodia project also conduct working group for institutions, university of law. The [Japanese] project step 4 is divided in 4 groups. One working group at ministry of justice, second working group are "ATP" (school of judges), third group assists lawyers (bar association), and last group from the RULE – Royal University of Law and Economics. Twice a year those working group members go to Japan and have training in Japan.

VINICIUS: Based in your experience, are there similarities between Cambodia legislation and Japanese legislation?

We cannot say Cambodian legislation, especially Civil Code, is solely Cambodians idea. But we only adopt some part of Japanese system that fits the Cambodian situation. As you also may know that Japanese civil code also adopt some ideas from Germany, so we only adopt some part that fits with Cambodian situation.

For example, Japanese eat raw fish and we don't eat raw fish. So we have to adapt the part that fit into our situation.

But in contrast, it is solely a Cambodian decision, so this law is very similar to the old system of Cambodian law. There are ways we have to look at the developed country, what law they are using, use them as standard and then we add our style.

In conclusion, it is not only Cambodian decision, we look, learn and observe from the developed country and then we see what point, what part of the legislation that they use that can improve their economy and then we adapt it into our system.

VINICIUS: What is your overall impression of the impact of new legislation in development of Cambodia?

If we talk about economic, if we want the economy to run smoothly we have to *[must]* have more investors to come. But in order to attract those investors we have to *[must]* have a very strong and improved legal system.

Therefore, [...] the provisions of the civil code have to be very easy to understand to all investor. Not only it has to be easy to understand, every provision has to be fair for everybody and acceptable for everyone. And we have to consider very deeply in case there is a problem, how can you solve it. You have to consider very carefully about proceeding to solve those problems.

The civil affairs has very close relation with economic sector, we have included some provision of land law in Cambodian Civil Code. On the other hand, we don't only care about investor (about attracting investor), we also care about private individuals. We have to enhance the capacity of how they can use their own property on full capacity, not only on half of its capacity. For example, we introduced a system called hypothec, so that those individuals can use their immovable property up to very full capacity. Former regulation does not enhance the system, but in the new law we very encourage them to use this system.

Because, once this system is highly encouraged and highly used by all those individuals, our economy will go smoothly also. So regarding this system, we

also requested JICA to continue to focus on land registration system, because it has a very close relation to civil affairs and civil code. So, once this system [*land registration system*] run smoothly, the hypothec system also runs smoothly. (...) However, the land registration is the focus of next step of JICA project.

VINICIUS: What is the level of implementation of land registration?

Regarding the land registration [...] we have the provision related to land registration, but we do not have the law yet. We have the provision only in the regulation under the law adopted by two ministries – Ministry of Justice and Ministry of Land. In the next step of our cooperation with between ministry of Justice and JICA, we will focus at this regulation into law, to be effectively implemented.

VINICIUS: Can people get access to credit in this moment using their immovable property as guarantee?

This is a very good question. You know that when we try to proof all the people to use the system of hypothec, because it has a very close relationship to the economy/to improve economy in Cambodia, so all the people can use their own property. For example, they have one property that has a very expensive price, but if they borrow only a thousand dollars, they [*are required to*] store their certificate in the bank, so they cannot use it anymore to another bank, they cannot use it in a second step. So we try to improve the system, so some people that understand better about the hypothec system, they are very happy to use it, but some of the idea they do not understand. They hesitate how to use or not to use. So now in our project we try to explain to build capacity for our people to understand, what they benefit by using the system.

I have just talked to a JICA expert, we want to produce the video through the TV so all the people can understand, because we are talking about immovable property not only the government official use it, not only the bank use it, the people should understand what they benefit by using the system of hypothec. In the future, we will try to find a way how to disseminate to all the people and [*including*] the rural area so they can understand it. [*We have to find out*] in which way/the best way [to disseminate] for the rural area, because sometimes our group cannot go far away from the city.

So under this project we already discussed with Japanese experts about how we should encourage the population of Cambodia, so that they can use the system more frequently.

VINICIUS: Do you think they do not use hypothec because of their attachment to the land?

In her own opinion, it is not related to cultural barrier. It is more like they might do not understand the system. If they use guarantee of pledge (mortgage) system they will lose their property. The problem is that some banks might not

provide credit to the people, because they cannot obtain full authenticity in the certificate of land.

In the system of hypothec, the bank cannot keep the certificate of land. [...] [Currently] the bank can call the certificate of the ownership, so the banks think the system is secure for them. The certificate is very much related to the paper. It is a problem the knowledge of the hypothec system.

VINICIUS: How individuals get access to credit?

Mostly they use the old system (mortgage). They have to provide the certificate of ownership to the bank, so they cannot use other than once. They do not accept the new system easily.

VINICIUS: Is Japan a good example? Should it be replicated to other countries?

In the very first step of the project, it was very difficult. But we obtained our own knowledge, and we try to adapt to the situations. We think that other Asian countries have almost similar situation to Cambodian. So, the experience of Japanese can also apply to other countries as well. She will tell you the reasons for that.

The reason why the project in Cambodia can apply to other Asian countries is that Japanese are always open minded. As a donor country, Japan is very open minded. Firstly, they did not force the receiving country to follow their own idea. Instead, they respect the ideas value of the receiving country. So it is not a problem.

For example, if you force the receiving country to eat this biscuit, but the receiving country does not like it, or cannot eat it, or is allergic to biscuit or something like that, so it will be a problem to apply those practices. However, if the receiving country says they do not want to eat, but to drink tea [...] Japanese side also consider this idea. And then, consider an outline and have it applied, so that the receiving country can accept their donor satisfactorily.

APÊNDICE II ENTREVISTA COM YOU BUNLENG

VINICIUS: Would you please provide us an overview of the drafting of THE Civil Code and the Civil Procedure Code?

To my recollection, back in 1995/96, at that time the former Minister of Justice, his excellence Mr. Chem Sgnoun, went to Hanoi Vietnam and then he met with Prof. Morishima over there, and then they discussed. At that time the minister requested to the Japanese counterpart that Cambodia is still in lack of Civil Procedure Code and Civil Code. So that would bring to the meeting between the two of them. Of course, as you all know Cambodia went through the tragic history of the Khmer Rouge. We actually had a civil code in the past, but later on they actually applied only some of them, not entirely. We still lack many of the substantive aspect, for that reason Ministry of Justice entered into a Memorandum of Understanding (“MOU”) with Japanese counterpart in 1999.

As you all know, Cambodia has adopted a free market policy in order to promote private sector. And we need civil code – robust civil code – in order to support the growth of private sector and we know that Japan is economic power in the world and it has a robust civil code as well. For that reasons we reached out to Japan to actually work with them.

In addition to that, there is a fact that there were only few intellectuals who survived the Khmer rouge period. That’s why we lack human resources. And we ask Japanese counterpart to provide human resources. For that reason there was this MOU between Japan and Ministry of Justice.

Based on the spirit of the MOU, we divided the working group into two. Japan has one working group and Cambodia has one working group. But on the Japanese side, their working group is further subdivided into two working group on drafting the code of civil procedure and the other group on the civil code. As for the Cambodian working group we worked together and help each other.

Upon the establishment of the two working groups, Cambodian working group collected all the available existing legal documents, as well as legislation that are existing after the Khmer Rouge period and then upon collecting all of those documents we started studying and explaining to Japanese counterpart what was really needed to be done.

After collecting and studying the available legislation as well as legal documents, we convened workshops and some workshops was held in Cambodia, where Japanese experts and Cambodian experts meet and discuss and at other times Cambodian experts were invited to Japan to attend workshops over there.

When we attended the workshop in Japan, Japanese experts explained their experience on drafting various laws, and particularly this particular law, and usually Japanese legal system also requested legal assistance from German or French counterpart and later on the laws did not apply fully in the context of Japan. That’s why you need to draft a new law in order to fulfill the loophole in the shortcoming law.

So we draw upon the experience of Japan, and we explained each other the various situations and then we come to the conclusion that we need to create a law that is applicable in the context of one country. It is good to have a good

comprehensive law, but at the end of the day if it cannot be applied fully, then this is not considered a good law. [...].

I can bring up only one example for you to see, which is the transfer of heritage from parents to the children (successors). There are two approaches to do it: one is liquidation the other one is the continuation. Cambodian people are not generally wealthy and if they have to resort to a liquidation, they will have to go through a lengthy legal process and will cost them a lot of money as well. So we will have to consider this kind of situation in drafting the law.

Another classic example is on marriage. Marriage by tradition in Cambodia, people will have to go and propose a marriage and it will go to next stage of engagement before they get married. Then we have provisions in the laws that provide for the engagement and provision that protect the legitimate interest of parties before marriage.

Another example is the property ownership after marriage, in Cambodia the property ownership belongs to the couple, even if one of the couple is not working. For example, in the case of housewife, even though she does not earn any income, she is considered as a productive force as well, so she is entitled to property in case of divorce between the two. But there is another case where, when the two are intellectual people, or they can work and earn money by themselves, then it can be a contractual obligation between the two so that the property are bound by that contractual obligation.

So, in short, the Japanese counterpart has been helpful in the process but they did not actually write the draft for us. It went through lots of discussion. We had to understand each other situation before we come up with the draft law for the discussion. But, one more thing that I would like to mention is that even if we try to make the law applicable in the context of Cambodia, we have to balance it with the freedom of the people – freedom that is enshrined in our law as well as in the international legal instruments.

So, the procedure of doing this is, first of all, we try to outline chapter by chapter and book by book and once we have compiled enough, then we would write an outline of what we have discussed and after that we can convene workshop and we invite NGO representative and relevant stakeholders to come to provide input on the draft law.

An example of that is when we discussed on the issue of contract, on family as well as women's rights. Generally, we invite relevant people to provide input in the discussion. In this case we would invite representative from ministry of women affairs. Sometimes they demand this and that, but then we listen to their demand after that we explain them on the applicability and other issues so that they understand.

Other issues that there were lots of discussions as well, for example, here we need to get the input from the Ministry of Land Management and the system operates a little bit differently in Cambodia than that in Japan. Because in Japan the system of property registration takes the form that the property must be registered separately and land is registered separately.

There was another contentious issue as well that was brought to discussion even in New York. At that time the World Bank and the Ministry of Commerce, there was a discussion on the secured transaction law, including the hypothec and other discussions as well.

VINICIUS: Could you be more specific about the discussion with the World Bank?

There was some contention in the discussions, for example, on property real estate is generally registered through a system – land management system. It is put as a collateral, people takes for loan and people can refer back to this legislation, but the property is now with the bank because you own to the bank. If the property costs a million dollars for example, and the loan is worth only two hundred thousand dollars, then the remains the discussions whether or not the bank can loan up to three hundred thousand US dollars. But the case is different when it comes to the commercial goods. Commodities, as tractor for example: if a farmer buys a tractor in an installment basis from a company and then this tractor is not registered in the system, and then the farmer sells the tractor to another farmer, and then the seller cannot payment the installment, and then the owner/the company confiscate the tractor from the other person who bought the tractor, then that person will suffer the damage. There is why there is a discussion whether to protect the interest of the weak.

So the discussion in this principle, particularly, how this can be effectively applied in the context of Cambodia. As we know, in Cambodia, the court would play a passive role in finding evidence, but the parties involved are active to provide evidence to the courts.

VINICIUS: Regarding the first drafts (outlines), the Cambodian group researched about the existing legislation and decided they needed a new civil code and a new civil procedure code, the first scratch of the law was draft by Japan or by Cambodia?

The very first draft was by the Japanese, but it was based in the discussion on the principle. Once we agreed in the principle, then, the Japanese counterpart drafted it because they have good human resources there, they have the interpreters so they translated into English and Japanese and then it was passed to the Cambodian counterpart and we discussed on the working draft. And sometimes we had agreed on certain provisions, but later on, because there are contradictions in the subsequent provisions we turned back to the discussions on that draft as well.

In certain articles, the Japanese expert would refer to Japanese law, but that particular articles cannot be applied, or it is not appropriate in the context of Cambodia, then we have to look into various references and jurisprudences in other countries like French law or Canadian law or so in order to find what is best for Cambodia in the context of this country.

So the Japanese counterpart worked extremely hard. They had to refer, first of all, to the practice of Japanese law, but in addition to that they also make reference to other laws that are being applied in other countries as well in order to find solid arguments for the drafting.

The process is different from draft criminal code and criminal procedure code assisted by the French, because in the Civil Code and Code of Civil Procedure we worked with the Japanese counterpart, we had to sit down to get from the very beginning discussing on the principle, agreeing on many points the outline and things like that, but for the criminal law (criminal code and code of

criminal procedure), the French prepared everything and then they would pass to us a complete draft (the first complete draft) and then we would discuss and prepare the draft. But for the Japanese way of working on this particular law, it was like a learning experience for everybody involved and then this people who understand from the very beginning would become the trainers in the future.

But we also understand that the natures of the law are different. Actually, that's why we took a different approach. For the criminal code, generally the nature of the offenses are quite similar, the underline nature of the offenses. But as for the civil code it relates to the everyday life of people, which may differ from once society from another, that's why we have to follow this way.

So, it is important to know that in the absence of the law for so many years, after we completed the draft of the [civil] code and civil procedure code, we conducted a terminal workshop and then in Cambodia there has never been a case when we passed the law and then the law does not apply immediately. But in this case, because it has been absent for several years, there is another law to proclaim the application.

VINICIUS: So there was a period when the law was not applied?

Yes, that is for people to absorb and to understand how it is applied.

VINICIUS: How long?

One year.

So we disseminated the substance of the law and the content of the law to the clerks, court clerks, prosecutors and even members of the public, to enhance the understanding of the procedure of the application of the law. Otherwise, in real practice there would have been lots of controversy, because the procedure differed from the practices that they have done before.

VINICIUS: What was the background of the Cambodian officers [who took part of the working group]? Were they former government officials? You mentioned the lack of people in view of the history of country. What was their legal background? Were they trained abroad?

There was diverse background of people in the working group on the Cambodian side. There were court clerks who have actually survived the Khmer Rouge period, they had legal knowledge. There were some Cambodian intellectuals who have been to study overseas. I, for example, have been to Vietnam and some of my colleagues went to study in the former Soviet Union. And we gathered all together in this working group, but as you may know Ministry of Justice did not have enough human resources, so we had to actually the gather practicing judges – judges who have been trained to actually sit in this working group as well.

VINICIUS: How was the process of disseminating the law to the people who were not involved in the legal practice, including students and overall population of the country?

So the mechanism for disseminating the law included the following. One for court judicial officers, for example, there are ten practicing judges, we would offer this continuous education program, so we would take three judges out of the term for this training programs and then they go back and we get another three to come and attend the training programs. At the same time we also we also introduce this law to judicial students and the lawyer trainees as well, so they get accustomed with this law.

In addition to that, we also organize various provincial workshops for officials and NGO members to put questions. Of course, during the course of the workshop we did not work in detail every point, but we discussed the principles of this law.

So, the purpose of the seminar is to ensure that the public officials as well as the NGO representatives are aware of the application of the law, and they can assist people in the aspect of constituency and that is also an effective dissemination as well as so that people know how to protect their own interest when it comes to the civil litigation and dispute.

And, in addition to that, we also have these TV programs where we have our legal officers explaining the point of law relating to, for example, marriage, family or heritage for the successors and so forth. And that helps to a certain extent to the dissemination of the law.

Even though the law [civil code and civil procedure code] has been adopted and it is being applied, but this law has lots of interactions with other laws and legal documents in Cambodia. For that reason, the Japanese counterparts remain resourceful and they continue to help us to look into that. For example, in various university of law in Cambodia, they introduce the subject of civil code and code of civil procedures, but it is very difficult to comprehend the applicability of this law in a greater details. For that reason, they have created so far the working group in order to further study and that working group is comprised of lawyers, legal officers and faculty members in the university. And so, in that process we create master trainers to continue to teach others.

In every stage, we discuss with our Japanese counterpart and generally we assess the outcome of the application of the law, and then after that we will come up with the question of what's next - what needs to be done next. And then we continue to work with our Japanese counterpart to address that issue. Generally, the Japanese counterpart would come to me and I offer my comments and then we initiate projects in order to continue to address the remaining issues.

Actually, I left the working group in 2006, when I was appointed to work as the co-investigating judge at the Khmer Rouge tribunal but then the Japanese assessors always came to me and seek comments and I offer my comments as what needs to be addressed, what needs to be done next in order to ensure that this law could be fully implemented.

Upon the adoption of this law, the Japanese counterpart printed lots of copies for circulation, resolution, and in addition to that they also compiled commentaries for each article, because some articles may be understood differently. So, commentaries would be very useful, that is why there is also the printout of commentaries that attach to the law to explain each article as well.

VINICIUS: For each law there is an explanation from Japanese professors and Japanese legal experts, explaining the applicability and objectives of that article?

Well, of course the initial draft was made by the Japanese, because they had human resources, and they had the means to actually to have that done faster so they do it, but it does not mean that after they have done it, we send it to the printing house and have it printed. It was put forward for the discussion and Cambodian counterpart provided inputs and then we consolidate inputs and then we come up with explanatory note for each article.

That time, I had to work face-to-face every day with the Japanese expert. And now there is a separate office for them [*inside the Ministry of Justice*]. Before, we had to work very closely with each other.

VINICIUS: The comments come from the working group?

Actually, the Cambodian and Japanese experts would discuss on all the articles, and once they have agreed on the articles, the law was passed, and then the Japanese side would draft the explanatory comment of each article. And then it is translated into Khmer and then it is passed to the Cambodian side. Cambodian side would review the explanatory note and if there is any point that the Cambodian side would review and it cannot be applied because of the interactions and impacts on any other articles or any other point of law in Cambodia, then Cambodian would give comments on that particular comment. And then after that, sometimes the (Japanese) expert based in Cambodia cannot even make a decision or any comments, they have to write all the way to Japan in order to get their comment back in order to consolidate the comment.

In addition to that, judicial school (law school) as well as school for lawyers in Cambodia they want to include this law into the curriculum of their study. At that time there was a working group working, for example, for the litigation obligation as well as procedures. For example, in my case I have compiled a lesson plan and curriculums for teaching and then the working group take my lesson plan and they further refined it, so after it was adopted as curriculum for the education.

As for the trainers, instructors at the judicial school in Cambodia were the judges from the court of appeal or judges who have been trained so far and have been posted to the provincial court. They actually are trainers of the school, unlike in Japan. In Japan you have professors exclusively dedicated to teaching, but here we have judges who are also the instructors.

And in that curriculum we also include the mock trial, we bring up a case study and then we get the student to do the role play in order to actually immerse in the real case scenario and in that Japanese counterpart has also helped in the process, for example in preparing opening statement by parties, closing statement, as well as other statement over arguments by parties in this mock trial.

VINICIUS: What are the current challenges faced by Cambodia in the Civil Code and the Civil Procedure Code?

Of course, there are challenges, one of each for example is overcoming the common practice that has been going on in Cambodia, according to the land law, the land that has been properly registered can be used as a hypothec for the loan from the bank, and then the law further requires that these in order for the hypothec to be effective, it has to be notarized by the notary. But then in Cambodia in the past there was no existence of notary service, so when this is put in the bank as collateral for loan, generally the bank does not have the authority to withhold the land title of the borrower, but because the bank does not trust this and they are afraid of losing the loan, they have to keep the collateral. They have to keep the original hypothec and land title. We have so far organized workshops to explain that it cannot be lost because we involve people from the cadaster office and others to discuss this issue.

Another classic example is in contract. Generally the contract is formed when there is an usual consent between the two parties or more, and then it is construed as having the offer and acceptance by the parties. But in selling and buying contract of property/real state for example it is required that it is made in writing and the contract need to be authenticated as well and then if they fail to do so, those who have actually practiced the act before the civil procedure and the civil code, they fell that there is an existence of a contract already. That actually leads to conflicts.

Another example, in order to attain the ownership of a property from the party, there must be a proper legal transfer of ownership of property and then that transfer is subject to tax for the government for the transfer of title. But, in Cambodia some sellers and buyers does not actually make this legal transfer, because they want to avoid paying taxes and they still leave it as a not transferred property and then eventually when someone sells it to another party, that person considers that they actually own that property already, but as a matter of fact by virtue of law, they are not the legal owner of the property. And that often is the case of a dispute as well.

In addition, there has been a historical practice of all of this [...] there is a preparatory procedure for oral arguments. There are so many new vocabulary and terminologies that come into play, they sometimes find it rather complicated to understand and apply this law.

VINICIUS: In your view, how has the enactment of such laws contributed to the economic development of Cambodia?

One thing that I have observed after the enactment of the law is the attraction of Japanese businesses into Cambodia. A few years after the law was adopted I noticed that more and more Japanese companies are coming to Cambodia, and I think that partly because Japanese businesses know that there is law that may protect eventually their interest and the same for other businesses as well.

VINICIUS: What about internal economic activities? Is there a positive outcome regarding the enactment of Civil Code or Civil Procedure Code?

I have observed positive impacts after the enactment of those laws. People can rely on the law that protects their interest. For example in the field of property, buying and selling, the state generates more tax revenue from the selling and buying transactions. All of them as well are more confident in dealing in the business transaction now given the existence of those laws.

Having said all of that, there is one more contentious issue that needs to be addressed sooner in order to build confidence of the investor, that is the application of the civil procedure code and the law on the national arbitration as well as the decision of international arbitration. [...] This still needs to be considered, studied and try to fine tune this law – make it clear for investors.

VINICIUS: International arbitration decisions have been challenged in Cambodia?

Actually for the international arbitration decisions so far, it has not been an issue. They forward the case to a challenge of decision of international arbitration, it will be forwarded to the court of appeal. It is not provided over there in the civil procedure code. So far we have accepted the international arbitration decisions. That has not been an issue, but the issue is with the decision of the national arbitration. Whenever there is a challenge, the law is absent whether or not this is referred to the court of first instance or the court of appeal. It is absent in that aspect and that is why sometime investors find it really not reliable to resort to the decision of the national arbitration.

Can the Japanese experience in Cambodia be replicated to countries which are facing similar situation?

There are few aspects. First of all, everything starts with good relations. So we will have to try to formulate good relations, as what Cambodia had at the beginning with Japanese counterpart. Second, in drafting any law it has to apply to the particular context of the country. And we have also to disseminate the law as widely as possible for the understanding of the people in general. And number three, this law is good but if the country does not have the lawyers, practicing lawyers, then this law should allow – have provision that allows – court with the discretion to conduct investigation, because as of now the spirit of law provides that parties are the only active parties for the court. So what happen, for example, if one party to the dispute is poor, is indigent, he cannot afford lawyers, he cannot perform investigations effectively by themselves, so it gives the advantage to the parties who have more resources. So for that, in Cambodia we train judges and we advise judges very well, that in the phase of evidence, of course they will consider the case based on the evidence, but the obvious case where the party cannot actually find the evidence the court may be adjourned so that the parties can go to the bar association of Kingdom of Cambodia requesting the lawyers for indigent people so that they can defend their interest equally before the law. In case of Cambodia, sometime in one particular civil case, the parties that can afford it they can actually hire up to four lawyers to defend their interest.